



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**  
**Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –**  
**Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981**  
**E-mail: [conade@mdh.gov.br](mailto:conade@mdh.gov.br)**

**Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)**

**Data:** 29/04/2021

1 Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, realizou-se 125ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação do  
3 Conselheiro Titular Marco Antonio Castilho Carneiro, Presidente do CONADE e Representante da  
4 Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI). Estiveram presentes os  
5 seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes: Conselheiro Suplente Heithor Zanini Ruiz,  
6 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG);  
7 Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de  
8 Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente Luiz Cláudio Pontes da Silva, Representante da  
9 Associação Brasileira de Rugby em Cadeiras de Rodas (ABRC); Conselheiro Titular Roberto Paulo  
10 do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de  
11 Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Suplente Francisco  
12 Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de  
13 Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Hugo Frota  
14 Magalhães Porto Neto, Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público  
15 de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência (AMPID); Conselheira Suplente  
16 Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, Representante da Associação Nacional dos Membros do  
17 Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência (AMPID);  
18 Conselheiro Titular Isaias Dias, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);  
19 Conselheira Suplente Daiane Mantoanelli, Representante da Central Única dos Trabalhadores  
20 (CUT); Conselheiro Suplente Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de

21 Desporto de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente Fernando César Thiago de Mello,  
22 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);  
23 Conselheiro Titular Ernando Alves de Carvalho, Representante do Conselho Federal de Engenharia  
24 e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Antonio Carlos Sestaro, Representante da Federação  
25 Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD); Conselheira Suplente Ana Cláudia  
26 Mendes de Figueiredo, Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de  
27 Down (FBASD); Conselheiro Suplente Erivaldo Fernandes Neto, Representante da Federação  
28 Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro Titular Marco Antonio Castilho Carneiro,  
29 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);  
30 Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação  
31 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Suplente Pablo Tavares Schwelm, Representante  
32 da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular  
33 Lucimar Batista da Costa, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas  
34 pela Hanseníase (MORHAN); Conselheiro Titular Gonzalo de Alencar Lopes, Representante da  
35 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Suplente Gisele de Souza Cruz da Costa,  
36 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Titular Sérgio Diego de  
37 França, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente  
38 Décio Gomes Santiago, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes  
39 Físicos (ONEDEF); Conselheiro Titular Robson Crepaldi, Representante da Casa Civil (CC);  
40 Conselheiro Suplente Marco André de Oliveira Pedro Garbelotti, Representante da Casa Civil (CC);  
41 Conselheira Suplente Bianca da Veiga Araújo, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
42 Regional (MDR); Conselheiro Titular Felipe Silva Bellucci, Representante do Ministério da  
43 Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Conselheira Suplente Gianine Portélla Parizotto,  
44 Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Conselheiro Titular  
45 Valdenor Oliveira da Silva, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com  
46 Deficiência (COEDE/BA); Conselheiro Suplente Carlos de Souza Maciel, Representante do  
47 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (CODDEDE);  
48 Conselheiro Titular Josewilson Batista de Souza, Representante do Conselho Municipal da Pessoa  
49 com Deficiência – Juazeiro/BA; Conselheira Titular Sandra Cipriano Chaves, Representante da  
50 Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania – SEC/MC; Conselheira Titular Patricia  
51 Neves Raposo, Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania

52 (SEDS/MC); Conselheiro Suplente André Rodrigues Veras, Representante da Secretaria Especial  
53 de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Titular Nídia  
54 Regina Limeira de Sá, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheira Suplente  
55 Fernanda Nunes Queiroz, Representante da Secretaria Especial de Esporte do Ministério da  
56 Cidadania (SEE/MC); Conselheiro Titular Hugo Medeiros Gallo da Silva, Representante Titular do  
57 Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular José Naum de Mesquita  
58 Chagas, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do  
59 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH); Conselheira Titular  
60 Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE);  
61 Conselheiro Titular Angelo Roberto Gonçalves, Representante do Ministério da Saúde (MS);  
62 Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde (MS);  
63 Conselheiro Titular Orion Sávio Santos de Oliveira, Representante da Secretaria de Previdência do  
64 Ministério da Economia (SPrev/ME); Conselheira Suplente Reisla Josyane de Araújo Costa de  
65 Moura Dias, Representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia (SPrev/ME);  
66 Conselheira Titular Teresinha de Almeida Ramos Neves, Representante da Secretaria Nacional de  
67 Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos  
68 (SNPM/MMFDH); Conselheira Titular Luciana Xavier Sans de Carvalho, Representante da  
69 Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (STb/ME); Conselheira Suplente Andrea  
70 Oliveira do Nascimento, Representante da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia  
71 (STb/ME); Conselheiro Titular Ênio Soares Dias, Representante do Ministério da Infraestrutura  
72 (MINFRA); Conselheira Carolina Fávero de Souza, Representante do Ministério do Turismo  
73 (MTur). Ausências Justificadas: Conselheiro Titular Moisés Bauer Luiz, Representante da  
74 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente Carlos  
75 Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais  
76 (CBDV) – tarde; Conselheiro Titular Fernando César Thiago de Mello, Representante da  
77 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) – tarde; Conselheira  
78 Titular Lucimar Batista da Costa, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas  
79 Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) – tarde. A reunião contou também com a presença do Sr.  
80 Marcelo Medeiros, Coordenador-Geral do CONADE; da Sra. Izana Aparecida Barbosa Figueira,  
81 Assessora Técnica do CONADE, da Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Diretora do

82 Departamento de Gestão e Relações Institucionais – SNDPD/MMFDH – Secretaria Executiva do  
83 CONADE.

84

85 **ABERTURA:** O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro iniciou a reunião cumprimentando  
86 a todos e, em seguida, solicitou que fosse realizada a verificação do quórum. Verificado o quórum,  
87 informou que a pauta e a ordem do dia estão compostas pelos seguintes itens: 09h - Abertura da  
88 Sala; 09h10 - Instalação do Plenário Virtual; 09h30 - Leitura e Aprovação da Ordem dos Trabalhos;  
89 10h - Informe da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre a prioridade na  
90 vacina contra a Covid-19 – Priscilla Roberta Gaspar, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa  
91 com Deficiência; 10h15 - Apresentação dos relatórios das comissões permanentes e da Comissão  
92 Temática para tratar da Prioridade da Campanha de Vacinação da Pessoa com Deficiência; 11h30 -  
93 Processo Conferencial da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
94 MMFDH/SNDPD (Apresentação da Proposta); 12h30 – Pausa para o Almoço; 14h - Reinício dos  
95 Trabalhos; 14h15 - Instalação do Plenário Virtual; 14h30 - Minuta do Decreto 10.177, de 16 de  
96 dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
97 Coordenador da CAC – Sérgio Diego e Dr. Rodrigo Pedroso, Assessor Especial da Ministra -  
98 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH; 15h30 – Portaria nº 457, de  
99 10 de fevereiro 2021, que Instituiu Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex Ante da  
100 Política Nacional de Direitos Humanos – Dr. Rodrigo Pedroso, Assessor Especial da Ministra -  
101 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH; 16h30 - Manifesto Lei nº  
102 14.126, de 22 de março de 2021 - Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo  
103 visual; 17h - Documento do MPF – Humanização de atendimento da pessoa com deficiência a  
104 procedimentos de saúde - Michele Diz Y Gil Corbi, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão;  
105 17h45 - Informes gerais; 18h - Encerramento. Passando aos destaques, o Presidente Marco Antonio  
106 Castilho Carneiro solicitou a inclusão do Conselheiro Antonio Carlos Sestaro no item que trata da  
107 Portaria nº 457, de 10 de fevereiro 2021 e relatou que onde se lê apresentação da proposta deve ser  
108 lido informe da Presidência Ampliada. O Sr. Marcelo Medeiros informou que a Secretária Nacional  
109 dos Direitos da Pessoa com Deficiência solicitou a transferência da sua explanação para o horário  
110 de 11h30 devido à existência de uma agenda que surgiu no período da tarde de ontem. O Presidente  
111 Marco Antonio Castilho Carneiro observou que não existe nenhum problema com a alteração de  
112 pauta, uma vez que é uma pauta interna o item das 11h30, entendendo que será necessário consultar

113 aos representantes da SNDPC se estariam disponíveis às 10h. A Conselheira Marlúcia Gomes  
114 Evaristo Almeida salientou que a AMPID considera que os mandatos dos conselheiros do  
115 CONADE encerram-se no mês de abril de 2021, registrando que a sua representação está presente  
116 nessa reunião apenas por não terem a intenção de abandonar o Conselho de forma injustificada.  
117 Comentou que estão estudando as providências jurídicas que serão tomadas em relação ao decreto  
118 que excluiu a possibilidade da AMPID participar do processo eleitoral e prorrogou unilateralmente o  
119 mandato dos conselhos. Afirmou que o seu posicionamento é que a AMPID não deve participar de  
120 nenhum tipo de votação mesmo estando presente na reunião, ponderando que consultará o  
121 representante titular sobre essa questão. O Conselheiro Gonzalo de Alencar Lopes afirmou que o  
122 Conselho Federal da OAB está alinhado com o entendimento da AMPID de que os mandatos foram  
123 finalizados no dia 22 de abril de 2021 e destacou que um conselho de direitos, o qual é subjugado e  
124 submetido a regras unilaterais do governo, não cumpre efetivamente o seu papel democrático de  
125 fiscalização das ações. Alegou que estão avaliando todas as possibilidades e em breve serão  
126 apresentadas ponderações. O Conselheiro Isaias Dias afirmou que a CUT também acompanha o  
127 entendimento da OAB e da AMPID, por entender que o decreto é autoritário. O Conselheiro  
128 Antonio Carlos Sestaro relatou que a FBASD também pactua com as explanações da OAB, AMPID  
129 e CUT, ponderando que continuaram presentes em respeito às pessoas com deficiência. A  
130 Conselheira Lucimar Batista da Costa apoiou, como representante da MORHAN, a decisão da  
131 OAB, AMPID, CUT e demais entidades, manifestando que os mandatos não podem continuar da  
132 forma como está. O Conselheiro Valdenor Oliveira da Silva afirmou que também seguirá o  
133 posicionamento da OAB e da AMPID, por entender que essas instituições têm contribuído muito  
134 com o Conselho Nacional e que esse decreto fere os direitos e a autonomia dos conselheiros. O  
135 Conselheiro Josewilson Batista de Souza discorreu que seu entendimento segue dos demais  
136 conselheiros representantes das entidades da sociedade civil, especialmente, diante a sua exclusão e  
137 do Conselheiro Valdenor Oliveira da Silva da reunião de articulação do poder público sem qualquer  
138 razão, mesmo tendo sido convidados. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro lamentou a  
139 situação ocorrida e afirmou que desconhecia a realização dessa reunião, inclusive, que o  
140 Coordenador-Geral do CONADE estava auxiliando-a. Concordou com os posicionamentos  
141 colocados, visto que os dois conselheiros são representantes do governo e registrou verificará a  
142 situação, questionando aos responsáveis pela reunião de articulação do poder público quais são os  
143 motivos de exclusão de dois representantes governamentais legitimamente eleitos. A Vice-

144 Presidente Patricia Neves Raposo arrazoou que coordenou essa reunião, explicando que houve um  
145 problema técnico e a reunião foi interrompida. Salientou que não houve nenhuma intenção de  
146 excluir os conselheiros. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates ponderou que se senti excluído  
147 como conselheiro pela AMPID e pela OAB, observando que não há necessidade da sociedade civil  
148 se retirar da reunião. Afirmou que a sociedade civil precisa está sempre junta e solicitou que os  
149 membros do CONADE se respeitem para evitar a exclusão. O Conselheiro Antonio Carlos Sestaro  
150 compreendeu que é necessário apurar a existência ou não de falha técnica e o Conselheiro  
151 Josewilson Batista de Souza discorreu que deveriam ter sido informados sobre a situação. O  
152 Conselheiro Carlos de Souza Maciel registrou que também foi convidado a participar dessa reunião  
153 do poder público, afirmando que toda situação relatada realmente aconteceu. Arrazoou que também  
154 se sentiu excluído. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro questionou sobre a existência de  
155 grupo de *WhatsApp* dos conselheiros representantes do poder público e não havendo nenhuma  
156 resposta, o Conselheiro Isaias Dias afirmou que essa questão deve ser apurada e deixou claro o  
157 posicionamento da CUT de que as reuniões virtuais não devem ser mantidas indefinidamente, por  
158 não traduzirem a verdade dos acontecimentos no CONADE. A Conselheira Bianca da Veiga Araújo  
159 postulou que também estava participando da reunião e também teve a sua conexão encerrada,  
160 destacando que o maior problema foi a falta de acessibilidade. O Conselheiro Luiz Cláudio Pontes  
161 da Silva compactuou com as explicações dos conselheiros anteriores. O Conselheiro Valdenor  
162 Oliveira da Silva informou que havia alertado que o governo estava realizando esse tipo de reunião  
163 e esclareceu que não foi convidado a participar, sendo que o Conselheiro Josewilson Batista de  
164 Souza compartilhou o seu convite. Explanou que faltou comunicação se realmente a reunião foi  
165 finalizada por problemas técnicos e destacou que se senti excluído do processo do CONADE. O  
166 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro explanou que o conselheiro realizou um alerta de que  
167 entidades da sociedade civil estavam alinhadas com o governo e tratando de questões fora do  
168 âmbito do Conselho. Com relação às reuniões do segmento governamental, observou que não há  
169 nenhum problema, porém, o presidente deve ser informado. O Conselheiro Erivaldo Fernandes  
170 Neto afirmou que é contra a realização de reuniões virtuais, todavia, estão em um momento de  
171 pandemia que possui uma série de situações que depende da deliberação do CONADE.  
172 Compreendeu que a situação da reunião governamental deveria ser encaminhada internamente para  
173 alterar a forma de justificar aos conselheiros que se sentiram prejudicados. O Conselheiro Carlos  
174 Eduardo Ferrari solidarizou-se aos conselheiros que foram excluídos da reunião e salientou que é

175 fundamental que o CONADE comece a discutir sobre a retomada das reuniões presenciais em  
176 algum momento, mencionando o art. 29 da Convenção. Compreendeu que o governo tem o direito  
177 de se reunir, mas deve haver mais cuidado e respeito. O Presidente Marco Antonio Castilho  
178 Carneiro explanou que é normal os segmentos reunirem-se, entretanto, a Coordenação-Geral do  
179 CONADE não pode dá esse suporte. Arrazoou que há um grau de responsabilidade ao solicitar  
180 assessoria da Coordenação-Geral do CONADE, especialmente, com relação à acessibilidade. A  
181 Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo Almeida alegou que essa reunião foi paralela,  
182 principalmente, por ter sido assessorada pela Coordenação-Geral do Conselho e afirmou que há  
183 uma divisão muito clara dentro do CONADE. A Conselheira Daiane Mantoanelli ponderou que o  
184 governo tem o direito de articular-se, todavia, foi realizada uma reunião paralela com o intuito de  
185 retroceder as garantias de direitos. Solicitou que o Conselho deliberasse sobre a situação,  
186 especialmente, diante a presença da assessoria do CONADE sem garantir a acessibilidade. O  
187 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro acolheu a solicitação e passou a palavra ao próximo  
188 escrito. A Conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo entendeu que o Conselho precisa  
189 deliberar sobre a questão do assessoramento da Coordenação-Geral do CONADE nessa reunião,  
190 que também denomina como paralela. Ponderou que é necessário pensar em uma formalização de  
191 solicitação de informação à representação do segmento governamental referente às reuniões que  
192 estão sendo realizadas sem a representação dos conselheiros municipais e estaduais. Externadas  
193 todas as opiniões e manifestações, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro discorreu que já  
194 havia assumido o compromisso de apurar o que aconteceu na reunião e sugeriu pautar a questão  
195 específica da assessoria da Coordenação-Geral do CONADE na pauta da próxima reunião, a fim de  
196 deliberar qual será o encaminhamento dessa participação nas reuniões dos segmentos. Assegurou  
197 que a Coordenação-Geral do CONADE não atenderá reuniões específicas do segmento  
198 governamental ou da sociedade civil, momentaneamente, até que o pleno discuta e delibere sobre  
199 essa temática. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou que a Conselheira Bianca da  
200 Veiga Araújo faz parte da Comissão de Comunicação Social e relatou o seu problema de  
201 acessibilidade na última reunião, salientando que devem encontrar um meio para proporcionar a sua  
202 participação ou encerrar essa reunião como foi feito outras vezes quando não houve plena  
203 acessibilidade. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro arrazoou que é um grande desafio  
204 fazer reuniões virtuais por estarem lidando com pessoas com deficiência, solicitando que a  
205 conselheira manifeste-se sobre a possibilidade de prosseguimento ou não da reunião. A Conselheira

206 Bianca da Veiga Araújo informou que não faz o uso de libras, entretanto, manifestou que está sendo  
207 suprida parcialmente com a legenda. Solicitou que os participantes que tiverem a possibilidade de  
208 ligar a câmera que a fizessem, afirmando que não se oporá a continuação da reunião. O Conselheiro  
209 Carlos Eduardo Ferrari solicitou que a equipe técnica oriente os conselheiros cegos no momento das  
210 suas explanações para melhor captação da imagem. Com relação às explanações sobre o Decreto nº  
211 10.177/2019, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro realizou a leitura do art. 8º e do seu  
212 Paragrafo Único, lembrando que solicitaram um parecer à CONJUR/MMFDH que foi submetido a  
213 esse pleno, em que houve o entendimento de este governo teria a prerrogativa de manter os  
214 conselheiros do atual mandato na perspectiva do cumprimento dos três anos. Explicou que a  
215 presidência continuará convocando as reuniões desse mandato pautado nesse parecer jurídico da  
216 CONJUR/MMFDH até que se tenha uma decisão diferente. Retornando a discussão da pauta e da  
217 ordem do dia com as alterações propostas, colocou-a em votação, sendo aprovada sem manifestação  
218 de votos contrários. Não participaram do processo de votação: AMPID, OAB, CUT, FBASD,  
219 MORHAN, APABB, Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais. Seguindo para o Processo  
220 Conferencial da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
221 MMFDH/SNDPD (Informe da Presidência Ampliada), o Presidente Marco Antonio Castilho  
222 Carneiro apresentou um breve resgate das deliberações relacionadas à V Conferência Nacional dos  
223 Direitos da Pessoa com Deficiência (CNDPD), destacando que a proposta apresentada à Presidência  
224 Ampliada versava apenas sobre a organização da V CNDPD e não tratava do processo conferencial,  
225 visto que solicitaram ao MMFDH a revisão da proposta para inclusão das etapas do processo  
226 contemplando as esferas estaduais e municipais. Relatou que será agendada uma reunião com os  
227 conselhos estaduais, para que essa nova proposta seja apresentada, a qual posteriormente será  
228 discutida em reunião do CONADE. Salientou que houve o entendimento da Presidência Ampliada  
229 de que não seria adequado discutir todo o processo conferencial na reunião definida para maio,  
230 sendo que deliberaram pela convocação de reunião extraordinária com pauta exclusiva do processo  
231 conferencial. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes complementou discorrendo que a  
232 Presidência Ampliada fará o contato com estados e municípios para estudar junto aos conselhos  
233 estaduais e municipais a viabilidade de realização da conferência na modalidade virtual. Postulou  
234 que o Ministério está estudando a possibilidade de apoiar os estados e municípios, visto que a  
235 Secretária Nacional realizará uma reunião com os gestores estaduais para saber qual seria esse tipo  
236 de apoio. Feitos os esclarecimentos necessários aos conselheiros, passou-se à apresentação dos

237 relatórios das comissões permanentes e da Comissão Temática para tratar da Prioridade da  
238 Campanha de Vacinação da Pessoa com Deficiência. Iniciando pelo relatório da Comissão  
239 Permanente de Articulação de Conselhos (CAC), o Conselheiro Sérgio Diego de França,  
240 Coordenador da CAC, realizou o relato da reunião realizada no dia 5 de abril de 2021, tendo como  
241 pauta o seguinte item: Item 1. Análise do Decreto nº 10.177/2019 com vista a proposição de  
242 modificações. Encaminhamento: 1) Apresentação de proposta de alteração referente às  
243 representações, quantitativo de membros das comissões, criação de novas comissões e ajustes  
244 redacionais. Observou que a discussão aprofundada sobre essa proposta deverá ser realizada durante  
245 a apreciação do item na pauta do Conselho. Em seguida, elencou os membros presentes e explanou  
246 que houve a ausência justificada da CUT por não concordar com o decreto. Acrescentou que  
247 também foi deliberado que as reuniões da CAC acontecerão de forma orgânica sempre as quintas-  
248 feiras que antecedem a realização do pleno, às 14h. Em seguida, realizou o relato da reunião  
249 realizada no dia 22 de abril, em que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
250 Capacitação para Conselhos Estaduais e Municipais recebida do Fórum Brasileiro de Conselhos  
251 Estaduais. Encaminhamentos: 1) Necessidade de fazer um trabalho amplo em larga escala para  
252 formação de conselheiros; 2) Constatou a existência de cursos para conselheiros com deficiência na  
253 Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), porém, está desatualizado e necessita realizar  
254 contato solicitando a devida atualização; 3) Caso os cursos da ENAP tivessem atualizados, o  
255 CONADE deveria estimular a participação de conselheiros municipais e estaduais nos recursos  
256 referentes ao controle social; 4) Foram designados os Conselheiros Felipe Silva Bellucci e Erivaldo  
257 Fernandes Neto para apresentação de proposta de formação permanente de larga escala sintonizada  
258 com os temas necessários em parceria com a ENAP – apresentação na próxima reunião da CAC.  
259 Item 2. Necessidade de o CONADE ser instituído por lei. Encaminhamento: 1) Foram designados  
260 os Conselheiros Josewilson Batista de Souza e Valdenor Oliveira da Silva como relatores para  
261 trabalhar o tema – apresentação na próxima reunião da CAC. Item 3. Atualização do Documento  
262 Orientador do CONADE. Encaminhamento: 1) Designado o Conselheiro Sérgio Diego de França  
263 como relator para trabalhar essa matéria – apresentação na próxima reunião da CAC. Registrou que  
264 todos os conselheiros membros da Comissão participaram dessa reunião, finalizando o relato da  
265 CAC. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Josewilson Batista de Souza manifestou que não  
266 pode acompanhar totalmente a última reunião da Comissão devido a uma agenda e não acompanhou  
267 os encaminhamentos. A Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo Almeida relatou que a AMPID não

268 teve tempo de apreciar a proposta de alteração do Decreto nº 10.177/2019, sugerindo que essa  
269 discussão seja realizada em outro momento ou que seja discutida primeiramente a minuta de nota de  
270 repúdio contra esse decreto que foi apresentada pela AMPID ao CONADE. O Presidente Marco  
271 Antonio Castilho Carneiro compreendeu que a conselheira poderia ter solicitado a exclusão do item  
272 na apreciação da pauta e da ordem do dia, todavia, podem retomar essa solicitação da AMPID no  
273 momento da discussão do item. Não havendo mais nenhuma manifestação, colocou o relatório e os  
274 encaminhamentos da CAC em votação, sendo aprovado sem manifestação de votos contrários. Não  
275 participaram do processo de votação: AMPID, OAB, CUT, FBASD, MORHAN, APABB,  
276 Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais. Seguindo para o relatório da Comissão Permanente  
277 de Comunicação Social (CCS), o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, Coordenador da CCS,  
278 informou que a Comissão não conseguiu realizar a sua reunião por falta de quórum, visto que  
279 estavam presentes apenas três conselheiros. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro realizou  
280 um apelo aos conselheiros membros da Comissão, para que seja estabelecido o quórum necessário  
281 na próxima reunião. Passando ao relatório da Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP), o  
282 Conselheiro Orion Sávio Santos de Oliveira, Coordenador da CPP, apresentou o relato da reunião  
283 realizada no dia 19 de abril de 2021, discorrendo que foram debatidos os seguintes itens de pauta:  
284 Item 1. Análise do estudo de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência. Encaminhamento:  
285 1) Relatório dos estudos será debatido na próxima reunião para apresentação da plenária, visto que  
286 não tinham acesso ao estudo completo. Item 2. Contribuição da CPP para a Comissão da Vacinação.  
287 Encaminhamento: 1) Levar o tema para discussão na Presidência Ampliada. Arrazoou que  
288 consultou informalmente o presidente que sugeriu a inclusão do tema da vacinação nesta plenária,  
289 ponderando que as contribuições da CPP serão analisadas. O Presidente Marco Antonio Castilho  
290 Carneiro informou que, na consultada da CPP, tinha comentado que poderia ser feito o  
291 encaminhamento das contribuições à Comissão Temática da Vacina, questionando se essa questão  
292 não foi realizada. O Conselheiro Orion Sávio Santos de Oliveira confirmou que não encaminhou as  
293 contribuições à Comissão Temática, ponderando que pode ter havido um equívoco no seu  
294 entendimento de que essas contribuições seriam debatidas nessa plenária. Abrindo para  
295 manifestações, o Conselheiro Antonio Carlos Sestaro compreendeu que a CPP poderia pensar em  
296 alguma forma de mobilizar os estados e os municípios para apuração das pessoas com deficiência,  
297 uma vez que não há qualquer tipo de levantamento dessas pessoas. O Conselheiro Hugo Frota  
298 Magalhães Porto Neto informou que a AMPID, desde 2020, está tendo dialogar com o Sistema de

299 Saúde, para que inclua os números das pessoas com deficiência no DATASUS, solicitando que o  
300 Ministério da Saúde reveja essa questão. O Conselheiro Décio Gomes Santiago afirmou que é muito  
301 importante a inclusão desses dados e o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro compreendeu  
302 que essas questões relacionadas à vacinação das pessoas com deficiência devem aparecer no relato  
303 da Comissão Temática, porém, solicitou que os apontamentos sejam registrados. Observou que a  
304 CPP pode colocar como item de pauta a sugestão do Conselheiro Antonio Carlos Sestaro,  
305 complementando a sugestão propondo também a realização de articulação com os órgãos de  
306 políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. Prosseguindo ao relatório da Comissão  
307 Permanente de Orçamento e Finanças (COF), a Conselheira Lucimar Batista da Costa justificou que  
308 ficou responsável pelo relatório da COF diante à ausência do coordenador da Comissão e, em  
309 seguida, passou ao relato da reunião, elencando os membros presentes. Discorreu que foi debatido o  
310 seguinte item de pauta: Item 1. Ações de orçamento de políticas públicas dotadas para as pessoas  
311 com deficiência. Encaminhamentos: 1) Ofício direcionado à SNDPD solicitando o orçamento  
312 direcionado ao CONADE e ao MMFDH no que se refere as políticas direcionadas às pessoas com  
313 deficiência; 2) Ofício direcionado ao Ministério da Educação, para identificar o investimento no  
314 âmbito educacional no que se refere aos programas educacionais, planos e políticas públicas para as  
315 pessoas com deficiência; 3) Ofício direcionamento ao Ministério da Saúde a fim de identificar  
316 ações, orientações e políticas voltadas para as pessoas com deficiência; 4) Ofício direcionando ao  
317 Ministério da Cidadania para identificar ações referentes à política para as pessoas com deficiência;  
318 5) Ofício direcionado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para identificar possíveis  
319 ações que possam contribuir com a COF; 6) Conselheiro Ênio Soares Dias sugere envio de ofício  
320 também para o Ministério da Economia para solicitar como se dá a distribuição de orçamento da  
321 União no que se refere à programas, planos e políticas para as pessoas com deficiência; 7) Foi  
322 solicitado ao Conselheiro Ênio Soares Dias que realizasse uma pesquisa sobre a existência de ações  
323 voltadas às pessoas com deficiência no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Informou que a  
324 próxima reunião será realizada no dia 22 de maio de 2021. O Presidente Marco Antonio Castilho  
325 Carneiro questionou se a COF tratou sobre a pauta do Fundo Nacional de Políticas para Pessoas  
326 com Deficiência, sendo que respondido que não trataram dessa questão. Diante essa resposta,  
327 sugeriu que a Comissão faça a discussão do projeto de lei de criação do Fundo Nacional de Políticas  
328 para Pessoas com Deficiência, o que foi acatado. Não havendo manifestações, colocou o relatório e  
329 os encaminhamentos da COF em votação, sendo aprovados sem o registro de votos contrários. Não

330 participaram do processo de votação: AMPID, OAB, CUT, FBASD, MORHAN, APABB,  
331 Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais. Passando ao relatório da Comissão Permanente de  
332 Monitoramento da Convenção e Lei Brasileira de Inclusão (CMCLBI), o Sr. Marcelo Medeiros  
333 justificou que o Coordenador da CMCLBI teve que se ausentar da reunião e a sua suplente está em  
334 período de férias, entendendo que a apresentação referido relatório estaria prejudicado. O Presidente  
335 Marco Antonio Castilho Carneiro sugeriu que o relatório da CMCLBI fosse realizado no período da  
336 tarde caso haja possibilidade, o que foi aprovado. Seguindo para o relatório da Comissão Temática  
337 para tratar da Prioridade da Campanha de Vacinação da Pessoa com Deficiência, o Conselheiro  
338 Antonio Carlos Sestaro lamentou pelo governo não ter atendido o que termina a Convenção e a Lei  
339 Brasileira de Inclusão (LBI). Em seguida, apresentou o relato da reunião realizada no dia 28 de abril  
340 de 2021, elencando os presentes. Relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
341 Nota Técnica do Ministério da Saúde nº 467/2021, de 26 de abril de 2021 e Plano Nacional de  
342 Vacinação (PNI). Encaminhamentos: 1) Imediato encaminhamento ao Ministério da Saúde  
343 solicitando revisão da Nota Técnica nº 467/2021, considerando as observações da Comissão de que  
344 as condições epidemiológicas sejam consideradas acima de qualquer outra condição. O Presidente  
345 Marco Antonio Castilho Carneiro sugeriu incluir no relatório a solicitação dos dados referentes às  
346 pessoas com deficiência e de criação ou aprimoramento de aplicativo, em que as pessoas com  
347 deficiência possam apresentar a informação ao próprio Ministério da Saúde, o que foi acatado. O  
348 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari destacou a importância da revisão da nota técnica de imediato e  
349 o Conselheiro Josewilson Batista de Souza observou que as pessoas com deficiência, que não estão  
350 sendo priorizadas, não possuem acesso a compra de vacinas, o que não justifica categorizar a  
351 priorização. O Conselheiro Antonio Carlos Sestaro afirmou que o CONADE sempre lutou pela  
352 vacinação imediata das pessoas com deficiência e o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro  
353 registrou que a capital João Pessoa já iniciou a segunda dose para pessoas portadoras de síndrome  
354 de Down e autismo. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari assinalou o respeito e o reconhecimento  
355 da capacidade técnica da Vigilância Sanitária do Brasil, entendendo que o SUS tem condições de  
356 oferecer os dados solicitados. Ponderou que há um crime quando a LBI não é cumprida, sugerindo  
357 informar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CIP) do Senado formada para tratar das questões  
358 relacionadas à Covid-19. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto informou que a AMPID  
359 apresentou um requerimento ao Ministério da Saúde por está preocupado com a ausência da  
360 priorização constitucional da pessoa com deficiência. Compreendeu que seria importante que o

361 CONADE tomasse conhecimento da produção de vacina que chega ao Plano Nacional de  
362 Imunização e como é distribuição para cada estado para acompanhamento. A Conselheira Marlúcia  
363 Gomes Evaristo Almeida completou propondo que o CONADE envie um ofício ao Procurador-  
364 Geral da República, para que o Ministério Público Federal (MPF) adote medida concreta para  
365 pleitear a vacinação das pessoas com deficiência. O Conselheiro Valdenor Oliveira da Silva  
366 sugeriu, além de encaminhar um ofício ao MPF e à CPI da Vacinação, realizar uma denúncia à  
367 Organização das Nações Unidas (ONU). Antes de realizar a aprovação do relatório e dos  
368 encaminhamentos da Comissão Temática, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro passou a  
369 palavra à Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para realização do informe da  
370 Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre a prioridade na vacina contra a  
371 Covid-19. A Secretária Nacional Priscilla Roberta Gaspar apresentou um breve histórico das ações  
372 realizadas pelo MMFDH referente à vacinação das pessoas com deficiência, destacando as  
373 justificativas da priorização das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação  
374 Continuada (BPC). Registrou que o Brasil é o quinto país no *ranking* da vacinação mundial e  
375 informou que se reuniu com a Ministra Damares Alves e com o Ministro Marcelo Queiroga no  
376 período da manhã desse dia, em que foi debatida a importância da inclusão rápida de todos os  
377 grupos de pessoas com deficiência. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari afirmou que o Brasil não  
378 é o quinto país que mais vacina no mundo proporcionalmente, solicitando que essa informação seja  
379 retirada. Retornando a palavra à Secretária Nacional Priscilla Roberta Gaspar, discorreu que essa  
380 informação pode ser confirmada e alegou que estão lutando pelos direitos de todas as pessoas com  
381 deficiência, porém, devem se lembrar da existência do protocolo e da disponibilidade de doses de  
382 vacinas. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Sérgio Diego de França externou que lhe causa  
383 estranheza o relato feito pela Secretária Nacional, questionando qual foi a ação da SNDPD em  
384 relação a campanhas de comunicação de conscientização para pessoas com deficiência visual.  
385 Observou que não existem vacinas porque o governo não priorizou a campanha de vacinação por  
386 conta do seu negacionismo e afirmou que é vergonhoso concordar com o BPC como critério de  
387 inclusão de pessoas com deficiência na campanha de vacinação. O Conselheiro Magno Prado Gama  
388 Prates lamentou a explanação da Secretária Nacional e compreendeu que é necessário mais esforço  
389 para essa vacinação, salientando que os demais grupos como, autistas, pessoas cegas e surdas,  
390 devem ser priorizados. Ponderou que a SNDPD deveria focar no tema relacionado à deficiência,  
391 para que todas as pessoas sejam vacinadas. Registrada a necessidade de a Secretária Nacional

392 ausentar-se da reunião devido à agenda, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro solicitou  
393 que postergasse a sua próxima agenda para atender os conselheiros. Sendo consensuado que todos  
394 os conselheiros farão a sua explanação em bloco para posterior resposta da Secretária Nacional, o  
395 Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto destacou a necessidade de alteração do PNI pelo  
396 governo federal para inclusão das pessoas com deficiência como prioridade, solicitando que essa  
397 demanda seja levada novamente ao Ministro da Saúde. O Conselheiro Josewilson Batista de Souza  
398 observou que o próprio Ministério da Saúde não está pensando em todas as pessoas, uma vez que  
399 existem pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade que tiveram os seus benefícios  
400 indeferidos. O Conselheiro Antonio Carlos Sestaro ponderou que não houve surpresa na explanação  
401 da Secretária Nacional, visto que está representando o governo federal e compreendeu que a sua  
402 fala apenas reforçou o entendimento de que a inserção de pessoas pelo BPC é um absurdo. O  
403 Conselheiro Valdenor Oliveira da Silva afirmou que está envergonhado pela explanação da  
404 Secretária Nacional, que deveria está defendendo as pessoas com deficiência. Sugeriu que o  
405 CONADE delibere como encaminhamento a solicitação de troca de Secretária, para que haja uma  
406 representação efetiva do segmento. O Conselheiro Isaias Dias externou a sua decepção por ouvir  
407 uma pessoa com deficiência defendendo que o governo está priorizando a pessoa com deficiência,  
408 visto que em nenhum momento foi discutida a prioridade de acordo com a LBI. Explanou que a  
409 vacinação é contabilizada pelo percentual da população imunizada e não pelos números absolutos,  
410 comparando que Israel possui mais de 60% da população vacina e o Brasil apenas 14%. Questionou  
411 quais os motivos do governo não incentivar a vacinação, o uso de mascaras e o distanciamento  
412 social. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari solicitou que fosse realizada a leitura de uma notícia  
413 que mostra o Brasil no 56ª lugar no *ranking* global de vacinação e solicitou também que não fossem  
414 propagadas *Fake News*. A Conselheira Daiane Mantoanelli manifestou que a Secretária Nacional  
415 realizou uma explanação rasa e destacou que os conselheiros governamentais com deficiência  
416 devem se atentar ao posicionamento do governo. Externadas todas as opiniões e manifestações  
417 pelos conselheiros reiterando as manifestações anteriores, o Conselheiro Décio Gomes Santiago  
418 solicitou que o CONADE tenha um posicionamento mais eficaz para colocar a pessoa com  
419 deficiência como prioridade no PNI. A Secretária Nacional Priscilla Roberta Gaspar desculpou-se  
420 pela a sua agenda e justificou que a sua explanação tem como objetivo informar a sua posição como  
421 Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, reafirmando o trabalho de articulação  
422 junto aos outros ministérios. Afirmou que todos os informativos da SNDPD foram elaborados em

423 formato acessível. Destacou que tem trabalhado diariamente, inclusive, em defesa da vacina e da  
424 acessibilidade em hospitais públicos e privados. Explicou que a decisão de priorização das pessoas  
425 com deficiências beneficiárias do BPC está de acordo com a Câmara Técnica e com as pessoas  
426 responsáveis pela pasta. Observou que o Cadastro Inclusão auxiliará muito nas áreas de educação,  
427 saúde e empregabilidade e garantiu que está defendendo a vacinação das pessoas com deficiência.  
428 O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro alegou que em nenhum momento participou de  
429 reunião da SNDPD com gestores de políticas estaduais ou municipais para pessoas com deficiência  
430 e sugeriu que fosse apresentado ao CONADE o resultado dessas ações de articulação apresentadas  
431 pela SNDPD. Agradeceu a presença da Secretária Nacional e, em seguida, realizou a leitura dos  
432 seguintes encaminhamentos retirados durante as discussões: 1) Encaminhamento do relatório  
433 aprovado no Pleno da Comissão Temática para tratar da Prioridade da Campanha de Vacinação da  
434 Pessoa com Deficiência ao Ministério da Saúde, solicitando revisão da Nota Técnica do Ministério  
435 da Saúde nº 467/2021, de 26 de abril de 2021; 2) Solicitar ao Ministério da Saúde informações  
436 quanto a produção de vacinas entregues ao PNI e a planilha de distribuição dessas vacinas aos  
437 estados/municípios; 3) Enviar ofício ao MPF solicitando ingresso de ação judicial para que assegure  
438 a vacinação imediata às pessoas com deficiência; 4) Encaminhar denúncia à CPI do Senado e ao  
439 Comitê de Monitoramento da ONU quanto ao descumprimento das legislações que assegurem a  
440 prioridade imediata da vacinação às pessoas com deficiência; 5) Solicitar ao Ministério da Saúde a  
441 inclusão das pessoas com deficiência nos seus sistemas de coleta de dados; 6) Solicitar ao  
442 Ministério da Saúde o aprimoramento do aplicativo que possa receber informações diretas de  
443 pessoas com deficiência acometidas pela Covid-19; 7) Solicitar à SNDPD a promoção de pesquisa  
444 junto aos órgãos de governo do federal, dos estados e dos municípios, com vista ao levantamento de  
445 ações de políticas públicas destinadas ao atendimento de pessoas com deficiência no período de  
446 pandemia; 8) Solicitar à SNDPD a realização de ampla campanha publicitária quanto aos cuidados e  
447 proteção necessária contra a Covid-19, utilizando todos os recursos de acessibilidade e também  
448 linguagem de fácil entendimento; 9) Que CONADE encaminhe a solicitação de exoneração da  
449 Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari  
450 colocou-se a disposição para colaborar no aprimorando do aplicativo. O Presidente Marco Antonio  
451 Castilho Carneiro questionou sobre a existência de divergência aos encaminhamentos e não  
452 havendo, passou ao registro das abstenções. Havendo manifestações pelos conselheiros  
453 representantes do governo que não estavam suficientemente esclarecidos de que os

454 encaminhamentos estavam em processo de votação, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro  
455 deliberou pela suspensão da reunião para cumprimento do horário de almoço e solicitou que os  
456 membros da Presidência Ampliada retornem 30 minutos antes do reinício dos trabalhos, para que  
457 possam chegar a um consenso sobre esses encaminhamentos. Assumiu o compromisso de retomar  
458 esse item de pauta, mesmo que cause prejuízo aos demais temas que devem ser discutidos nessa  
459 reunião. Realizada a pausa para o almoço, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro deu  
460 reinício aos trabalhos com a instalação do Plenário Virtual. Retornando aos encaminhamentos sobre  
461 a prioridade na vacina contra a Covid-19, informou que solicitou ao Coordenador da CCS, ao  
462 Coordenador-Geral do CONADE e à Assessora Técnica do CONADE que realizassem a análise da  
463 gravação do trecho da reunião em que entraram no processo de apresentação das propostas de  
464 encaminhamentos e discussões, afirmando que os três foram unânimes em afirmar que o  
465 Conselheiro Orion Sávio Santos de Oliveira solicitou inscrição no momento no qual questionava se  
466 haveria alguma divergência, porém, não foi observado. Afirmou que, diante essa questão, o  
467 processo de votação dos encaminhamentos precisa ser retomado. Informou que já se desculpou na  
468 Reunião da Presidência Ampliada, reiterando essas desculpas nessa plenária. Explicou que os  
469 encaminhamentos serão apresentados individualmente para que não haja nenhuma dúvida e  
470 notificou que o Conselheiro Sérgio Diego de França solicitou a exclusão do manifesto sobre Lei nº  
471 14.126, de 22 de março de 2021, da pauta, sugerindo que seja encaminhado para a reunião do mês  
472 de maio. Informou que o convidado Dr. Rodrigo Pedroso, Assessor Especial da Ministra Damares  
473 Alves, não poderá comparecer a reunião no período da tarde devido ao atraso dos itens de pauta que  
474 participaria, visto que possui outras agendas. Explicou que o convidado já se colocou a disposição  
475 para voltar à reunião do CONADE a fim de contribuir com as discussões caso seja necessário. Em  
476 seguida, passou à leitura separadamente dos encaminhamentos. Iniciando com o Encaminhamento  
477 1: Envio do relatório aprovado no Pleno da Comissão Temática para tratar da Prioridade da  
478 Campanha de Vacinação da Pessoa com Deficiência ao Ministério da Saúde, solicitando revisão da  
479 Nota Técnica do Ministério da Saúde nº 467/2021, de 26 de abril de 2021. Não havendo dúvidas, a  
480 Vice-Presidente Patricia Neves Raposo colocou-o em votação devido a problemas de conexão do  
481 presidente, sendo aprovado com o registro de abstenção do MS. Não participaram do processo de  
482 votação: AMPID, OAB, CUT, FBASD, MORHAN, APABB, Conselhos Estaduais e Conselhos  
483 Municipais. Em seguida, passou-se ao Encaminhamento 2: Solicitar ao Ministério da Saúde  
484 informações quanto a produção de vacinas entregues ao PNI e a planilha de distribuição dessas

485 vacinas aos estados/municípios. A Vice-Presidente Patricia Neves Raposo observou que essas  
486 informações estão divulgadas em vários meios de comunicação, questionando se será mantida a  
487 proposta. Mantida a proposta, colocou o encaminhamento em votação, sendo aprovado com o  
488 registro dos seguintes votos contrários: SEDS/MC, SPREV/ME, MEC, MCTI, CC, SEC/MC, MJSP,  
489 SNDPD/MMFDH, SNPM/MMFDH. Abstenção: MS. Não participaram do processo de votação:  
490 AMPID, OAB, CUT, FBASD, MORHAN, APABB, Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais.  
491 Havendo dificuldades na contabilização dos votos, a Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo  
492 Almeida solicitou que fosse registrado também os votos favoráveis, o que foi acatado.  
493 Prosseguindo, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro passou ao Encaminhamento 3: Enviar  
494 ofício ao MPF solicitando ingresso de ação judicial para que assegure a vacinação imediata às  
495 pessoas com deficiência. Não havendo dúvidas, colocou-o em votação, sendo rejeitado com o  
496 registro dos seguintes votos contrários: CC, MCTI, SEC/MTur, SEDS/MC, MEC, MJSP,  
497 SNDPD/MMFDH, MRE, MS, SPREV/ME, SNPM/MMFDH, MINFRA, MTur. Votos favoráveis:  
498 ABRA, ABRC, CBDV, FENAPESTALOZZI, FENEIS, ONCB, ONEDEF, FENAPAES.  
499 Abstenções: CNC, MDR, STb/ME. Não participaram do processo de votação: AMPID, OAB, CUT,  
500 FBASD, MORHAN, APABB, Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais. Passando ao  
501 Encaminhamento 4: Encaminhar denúncia à CPI do Senado e ao Comitê de Monitoramento da  
502 ONU quanto ao descumprimento das legislações que assegurem a prioridade imediata da vacinação  
503 às pessoas com deficiência. Tendo em vista o horário adiantado, o Conselheiro Sérgio Diego de  
504 França sugeriu que a proposta de alteração do Decreto nº 10.177/2021 elaborada pela CAC fosse  
505 apreciada na próxima reunião, o que foi acatado. A Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo Almeida  
506 retirou a sua proposta de registrar os votos favoráveis para agilizar o processo de votação e o  
507 Conselheiro André Rodrigues Veras solicitou que continuassem com o registro nominal de todos os  
508 votos a fim de facilitar a contabilização do processo. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro  
509 colocou em votação a proposta de retorno ao método anterior utilizado no início da reunião com o  
510 registro apenas dos votos contrários e abstenções, a qual foi rejeitada com o registro dos seguintes  
511 votos contrários: SEDS/MC, CC, SPREV/ME, MS, SEC/MTur, SEE/MC, SNDPD/MMFDH, MRE,  
512 MINFRA, SNPM/MMFDH, CNC, MJSP, MEC, MTur. Votos favoráveis: ABRC, ONCB, CBDV,  
513 FENAPESTALOZZI, FENEIS, ABRA, MDR, ONEDEF, FENAPAES. Não participaram do  
514 processo de votação: AMPID, OAB, CUT, FBASD, MORHAN, APABB, Conselhos Estaduais e  
515 Conselhos Municipais. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto solicitou que o CONADE

516 posicionasse em relação aos convidados, Michele Diz Y Gil Corbi e Rafael Otávio, que estão  
517 aguardando a agenda. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro questionou sobre a  
518 possibilidade dos convidados permanecerem na reunião e caso isso não seja possível, serão  
519 convidados para retornar à próxima reunião, desculpando-se. A Sra. Michele Diz Y Gil Corbi  
520 compreendeu que o mais importante é a existência de quórum para que a explanação seja ouvida,  
521 ponderando que não se opõe a permanecer. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro  
522 observou que não terão tempo suficiente para abordar o tema com qualidade considerando o horário  
523 limite da reunião, informando que a próxima reunião será realizada no dia 27 de maio. O  
524 Conselheiro Pablo Tavares Schwelm solicitou que fossem evitados vários debates fora do assunto  
525 discutido, destacando que a questão da vacina é muito urgente e deve ser priorizada. O Presidente  
526 Marco Antonio Castilho Carneiro ponderou que é necessário concluir com os convidados os  
527 desdobramentos sobre o seu retorno na próxima reunião, solicitando que o conselheiro aguardasse  
528 conduzir essa questão. Os convidados concordaram em transferir o tema para reunião de maio e, em  
529 seguida, retornou-se ao Encaminhamento 4: Encaminhar denúncia à CPI do Senado e ao Comitê de  
530 Monitoramento da ONU quanto ao descumprimento das legislações que assegurem a prioridade  
531 imediata da vacinação às pessoas com deficiência. Não havendo dúvidas, o Presidente Marco  
532 Antonio Castilho Carneiro colocou-o em votação, sendo rejeitado com o registro dos seguintes  
533 votos contrários: CC, MRE, SEC/MTur, SEDS/MC, MEC, SEE/MC, MJSP, SNDPD/MMFDH,  
534 MRE, MS, SPrev/ME, SNPM/MMFDH, MINFRA, MTur, FENEIS. Votos favoráveis: ABRA,  
535 FENAPESTALOZZI, ONCB, ONEDEF. Abstencões: CNC. Não participaram do processo de  
536 votação: AMPID, OAB, CUT, FBASD, MORHAN, APABB, Conselhos Estaduais e Conselhos  
537 Municipais. Diante a falta de tempo hábil para deliberar os demais encaminhamentos, o Conselheiro  
538 Sérgio Diego de França sugeriu que a reunião fosse encerrada. **ENCERRAMENTO:** O Presidente  
539 Marco Antonio Castilho Carneiro acolheu a sugestão, declarando encerrada a 125ª Reunião  
540 Ordinária do CONADE, às 18h28.

541

542

543

**Marco Antonio Castilho Carneiro**

544

**Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE**

545

546

Abril de 2021